

## POLÍTICA FISCAL

# Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em julho de 2024

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),<sup>1</sup> julho de 2024 apresentou um déficit primário de R\$ 8,5 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 184,4 bilhões nesse mês, um crescimento de 10,1% em termos reais, confrontando com o apurado em julho de 2023, ao passo que a despesa totalizou R\$ 192,9 bilhões, um decréscimo de 5,9% na mesma base de comparação. No acumulado no ano, o resultado primário apresenta um déficit de R\$ 76,6 bilhões, a preços constantes de julho, ante o déficit de R\$ 81,5 bilhões no mesmo período de 2023.

Em julho, a receita total registrou um crescimento real de 10%, em comparação com o montante arrecadado no mesmo mês de 2023. Isso se deu em função do bom desempenho da arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), com expansão de 14,6%. As receitas não administradas pela RFB tiveram um aumento real de arrecadação de 2,4%, ao passo que as receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) apresentaram um acréscimo de 2,3%. Dessa maneira, a receita líquida, após as transferências legais e constitucionais, teve alta de R\$ 16,9 bilhões (10,1%) a preços constantes. No acumulado do ano, a receita líquida de transferências registrou uma variação real positiva de 8,7%, somando um crescimento de R\$ 100,4 bilhões a preços constantes, fortemente impactada pelo bom desempenho da arrecadação das receitas administradas pela RFB – que marcaram no período um acréscimo de 11,6%, aumento real de R\$ 104,1 bilhões. O gráfico 1 demonstra o bom desempenho da arrecadação ao longo de 2024, com a receita total apresentando um crescimento real médio, em relação ao mesmo período de 2023, de 9,2%.

Quanto à despesa total, houve uma redução em julho, em termos reais, de R\$ 12,2 bilhões (-5,9%) em relação ao mesmo mês de 2023, impactada principalmente pela diminuição de despesas com benefícios previdenciários, em função do calendário de pagamentos do 13º salário em 2024 – decréscimo real de R\$ 21,2 bilhões (-22,4%) – e do pagamento de despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira – aumento de R\$ 9,5 bilhões (22,4%). No acumulado do ano até julho, a despesa teve um crescimento real de R\$ 95,5 bilhões (7,8%), em comparação ao mesmo período do ano passado, muito influenciada pelo pagamento de Outras Despesas Obrigatórias” – Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência

### Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

### Felipe Martins

Bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 12 de agosto de 2024.

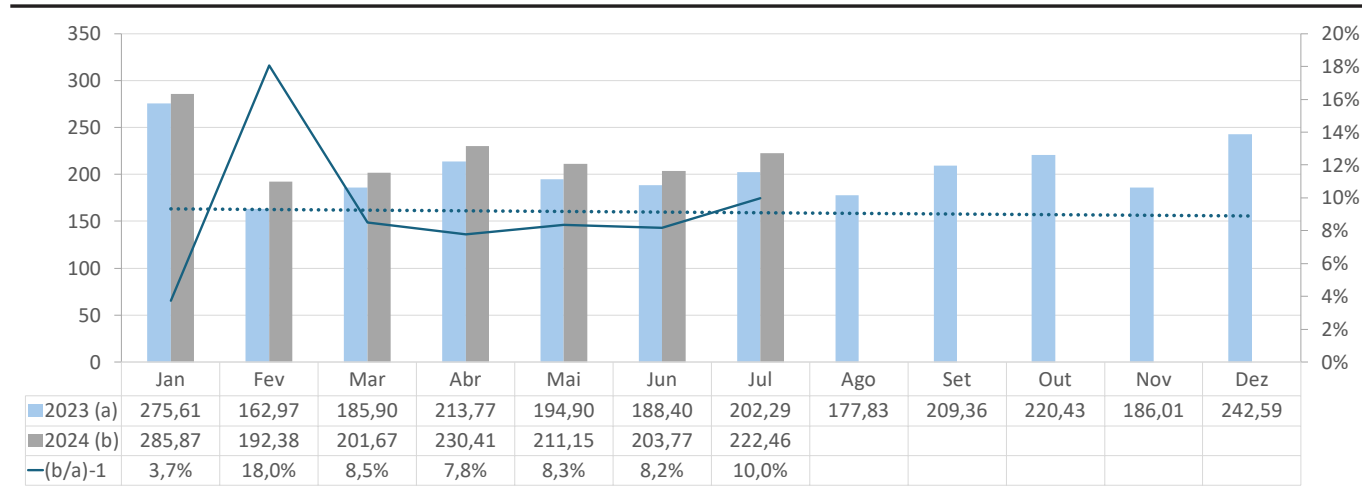
1. Conforme destacado em publicação anterior, disponível em: [https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2024/06/230612\\_cc\\_63\\_nota\\_20.pdf](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2024/06/230612_cc_63_nota_20.pdf).

Social (BPC/Loas), Renda Mensal Vitalícia (RMV), sentenças judiciais e precatórios e créditos extraordinários – e pelo pagamento de despesas discricionárias do Poder Executivo, as quais totalizaram um crescimento real de R\$ 59 bilhões (37,5%).

GRÁFICO 1

**Receita total: evolução da arrecadação em 2023 e 2024 a preços constantes de julho de 2024**

(Em R\$ bilhões e em %)



Fonte: STN e Siafi.

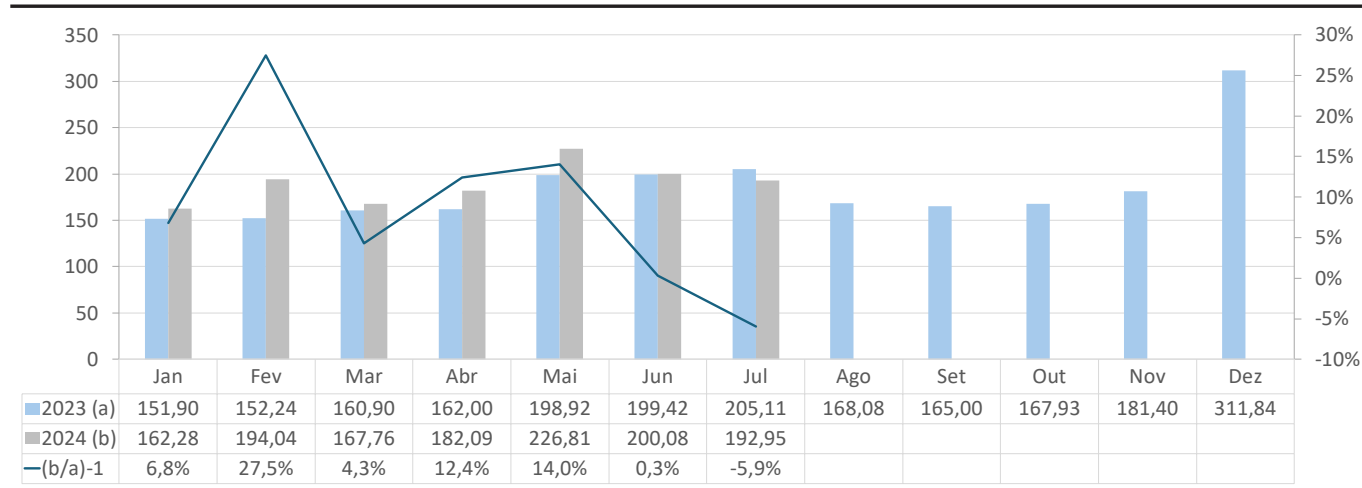
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea).

Pode-se observar ainda, pela análise do gráfico 2, que a despesa, após forte crescimento nos primeiros meses de 2024, impulsionada pela antecipação do pagamento de precatórios em fevereiro, pela antecipação do calendário de pagamento do 13º salário de benefícios previdenciários e pelo pagamento de despesas com créditos extraordinários para o enfrentamento da calamidade pública no Rio Grande do Sul, vem apresentando uma tendência de redução desde junho de 2024. Vale destacar que a queda da despesa observada em julho de 2024, em relação ao mesmo mês de 2023, se deve, também, ao calendário de pagamentos do 13º salário de benefícios previdenciários, considerando que foram pagos, em valores correntes, R\$ 24,3 bilhões e R\$ 0,1 bilhão em julho de 2023 e 2024, respectivamente.

GRÁFICO 2

**Despesa: evolução da despesa em 2023 e 2024 a preços constantes de julho de 2024**

(Em R\$ bilhões e em %)



Fonte: STN e Siafi.

Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 1

**Governo central: resultado primário a preços constantes de julho de 2024**

(Em R\$ bilhões e em %)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-julho		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	jul./2023	jul./2024		2023	2024		Até jul./2023	Até jul./2024	
<b>1-Receita Total</b>	<b>202,3</b>	<b>222,5</b>	<b>10,0</b>	<b>1423,8</b>	<b>1547,7</b>	<b>8,7</b>	<b>2451,3</b>	<b>2583,9</b>	<b>5,4</b>
1.1 - Receita Administrada pela RFB	125,0	143,3	14,6	896,8	1000,9	11,6	1507,5	1610,7	6,8
1.2 - Incentivos Fiscais	-0,1	-	-	-0,1	-	-	-0,1	0,0	72,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	49,6	50,7	2,3	339,7	354,4	4,3	605,9	634,0	4,6
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	27,8	28,4	2,4	187,3	192,4	2,7	337,9	339,2	0,4
<b>2. Transf. Por Repartição de Receita</b>	<b>34,7</b>	<b>38,0</b>	<b>9,6</b>	<b>274,8</b>	<b>298,3</b>	<b>8,6</b>	<b>484,0</b>	<b>496,3</b>	<b>2,5</b>
<b>3. Receita Líquida (1-2)</b>	<b>167,6</b>	<b>184,4</b>	<b>10,1</b>	<b>1149,0</b>	<b>1249,4</b>	<b>8,7</b>	<b>1967,2</b>	<b>2087,6</b>	<b>6,1</b>
<b>4. Despesa Total</b>	<b>205,1</b>	<b>192,9</b>	<b>-5,9</b>	<b>1230,5</b>	<b>1326,0</b>	<b>7,8</b>	<b>2078,0</b>	<b>2320,3</b>	<b>11,7</b>
4.1 Benefícios Previdenciários	94,6	73,4	-22,4	558,3	577,2	3,4	905,6	958,6	5,8
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	36,8	35,7	-2,8	208,9	211,1	1,1	372,4	382,2	2,6
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	31,0	31,5	1,7	190,0	224,6	18,2	340,4	407,3	19,6
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	42,8	52,3	22,4	273,3	313,1	14,6	459,5	572,1	24,5
<b>5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)</b>	<b>-37,5</b>	<b>-8,5</b>	<b>77,3</b>	<b>-81,5</b>	<b>-76,6</b>	<b>6,0</b>	<b>-110,7</b>	<b>-232,6</b>	<b>-110,1</b>

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 detalha a arrecadação no período. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em julho de 2024 foi registrado um aumento real de R\$ 18,3 bilhões (14,6%) em relação ao mesmo mês de 2023. O bom desempenho das receitas administradas ocorreu na maior parte dos itens, com destaque para o forte crescimento do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto de Renda, do Programa de Integração Social do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), totalizando um acréscimo real de R\$ 20,0 bilhões (22,5%), em comparação ao mesmo mês do ano passado. Por sua vez, as receitas não administradas pela RFB apresentaram um crescimento real em julho de R\$ 0,6 bilhão (2,4%).

No acumulado até julho, a receita total registrou um crescimento real, em comparação com o mesmo período de 2023, de R\$ 123,9 bilhões (8,7%). As principais variações positivas ocorreram na receita administrada pela RFB, que teve variação real positiva de R\$ 104,1 bilhões (11,6%), com destaque para IPI, com crescimento de R\$ 12,3 bilhões (36,2%), Imposto de Renda, com alta de R\$ 37,8 bilhões (8,5%), Cofins, com aumento de R\$ 37,5 bilhões (22,2%), e PIS/Pasep, com crescimento de R\$ 12 bilhões (24,2%).

Ao desagregar as despesas (tabela 3), pode-se notar que em julho houve um decréscimo real de 5,9%, após forte crescimento real observado nos primeiros meses do ano, em comparação aos mesmos meses de 2023. Essa queda em julho ocorreu em função da redução das despesas com benefícios previdenciários, impactada pelo calendário de pagamento do 13º salário, que foi antecipado em 2024, registrando um decréscimo real de R\$ 21,2 bilhões (-22,4%), compensado parcialmente pelo aumento real de outras despesas, principalmente das despesas com créditos extraordinários, das despesas obrigatórias com controle de fluxo e das despesas discricionárias do Poder Executivo.

As despesas totais, no acumulado do ano até julho, se comparadas com o mesmo período de 2023, tiveram um crescimento real de R\$ 95,5 bilhões (7,8%), com destaque para o crescimento real de despesas com benefícios previdenciários, R\$ 18,9 bilhões (3,4%); com sentenças judiciais e precatórios, R\$ 13,0 bilhões (67,8%); despesas com créditos extraordinários, R\$ 12,1 bilhões (1066,8%); com BPC/Loas e RMV, R\$ 9,2 bilhões (16,9%); e com as despesas discricionárias do Poder Executivo, R\$ 24,7 bilhões (30%), fortemente impactadas pelo pagamento de emendas parlamentares até julho – que passaram, em valores correntes, no acumulado do ano até julho, de R\$ 11,7 bilhões, em 2023, para R\$ 29,8 bilhões, em 2024, crescimento real de R\$ 18,1 bilhões (155,2%).

TABELA 2

**Principais componentes da receita do governo central a preços constantes de julho de 2024**

(Em R\$ bilhões e em %)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-julho		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	jul./2023	jul./2024		2023	2024		Até jul./2023	Até jul./2024	
<b>1-Receita Total</b>	<b>202,3</b>	<b>222,5</b>	<b>10,0</b>	<b>1423,8</b>	<b>1547,7</b>	<b>8,7</b>	<b>2451,3</b>	<b>2583,9</b>	<b>5,4</b>
<b>1.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>125,0</b>	<b>143,3</b>	<b>14,6</b>	<b>896,8</b>	<b>1000,9</b>	<b>11,6</b>	<b>1507,5</b>	<b>1610,7</b>	<b>6,8</b>
1.1.01 Imposto de Importação	4,6	6,7	45,9	32,8	40,5	23,5	61,1	64,4	5,5
1.1.02 IPI	4,7	8,9	91,6	34,0	46,3	36,2	60,0	74,3	23,9
1.1.03 Imposto de Renda	56,8	65,0	14,6	446,5	484,3	8,5	733,8	766,4	4,4
1.1.04 IOF	5,3	5,3	0,6	36,8	37,8	2,8	64,4	65,8	2,1
1.1.05 Cofins	25,6	26,7	4,3	169,0	206,5	22,2	301,4	343,7	14,0
1.1.06 PIS/Pasep	7,3	9,5	30,1	49,6	61,6	24,2	86,1	100,6	16,8
1.1.07 CSLL	15,7	18,9	20,3	103,7	110,4	6,5	162,6	162,7	0,1
1.1.09 CIDE Combustíveis	0,0	0,7	1233,0	-0,1	2,1	1778,4	-0,1	3,5	3420,0
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	4,9	1,5	-69,8	24,6	11,4	-53,5	38,3	29,3	-23,4
<b>1.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-0,1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-0,1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>72,0</b>
<b>1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>49,6</b>	<b>50,7</b>	<b>2,3</b>	<b>339,7</b>	<b>354,4</b>	<b>4,3</b>	<b>605,9</b>	<b>634,0</b>	<b>4,6</b>
<b>1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>27,8</b>	<b>28,4</b>	<b>2,4</b>	<b>187,3</b>	<b>192,4</b>	<b>2,7</b>	<b>337,9</b>	<b>339,2</b>	<b>0,4</b>
1.4.1 Concessões e Permissões	0,4	0,1	-82,6	6,2	3,0	-52,1	11,8	6,0	-49,2
1.4.2 Dividendos e Participações	1,9	0,0	-99,5	34,6	35,7	3,0	72,9	53,3	-26,9
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1,4	1,4	-1,9	9,7	10,3	6,4	18,4	18,8	2,3
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	15,6	15,6	-0,2	73,5	72,4	-1,4	125,2	117,2	-6,4
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1,6	0,9	-46,2	12,9	13,2	2,8	22,6	22,4	-0,9
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2,5	2,6	4,8	17,6	17,8	1,3	31,3	32,4	3,6
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	0,0	-	-	0,1	-	0,1	0,2	67,4
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4,4	7,9	80,5	32,9	40,0	21,4	55,7	89,0	59,8
<b>2. Transf. Por Repartição de Receita</b>	<b>34,7</b>	<b>38,0</b>	<b>9,6</b>	<b>274,8</b>	<b>298,3</b>	<b>8,6</b>	<b>484,0</b>	<b>496,3</b>	<b>2,5</b>
<b>3. Receita Líquida (1-2)</b>	<b>167,6</b>	<b>184,4</b>	<b>10,1</b>	<b>1149,0</b>	<b>1249,4</b>	<b>8,7</b>	<b>1967,2</b>	<b>2087,6</b>	<b>6,1</b>

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: IOF – Imposto sobre Operações Financeiras; Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e LC – lei complementar.

TABELA 3

**Principais componentes da despesa do governo central a preços constantes de julho de 2024**

(Em R\$ bilhões e em %)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-julho		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	jul./2023	jul./2024		2023	2024		Até jul./2023	Até jul./2024	
<b>4. Despesa total</b>	<b>205,1</b>	<b>192,9</b>	<b>-5,9</b>	<b>1230,5</b>	<b>1326,0</b>	<b>7,8</b>	<b>2078,0</b>	<b>2320,3</b>	<b>11,7</b>
<b>4.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>94,6</b>	<b>73,4</b>	<b>-22,4</b>	<b>558,3</b>	<b>577,2</b>	<b>3,4</b>	<b>905,6</b>	<b>958,6</b>	<b>5,8</b>
<b>4.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>36,8</b>	<b>35,7</b>	<b>-2,8</b>	<b>208,9</b>	<b>211,1</b>	<b>1,1</b>	<b>372,4</b>	<b>382,2</b>	<b>2,6</b>
<b>4.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>31,0</b>	<b>31,5</b>	<b>1,7</b>	<b>190,0</b>	<b>224,6</b>	<b>18,2</b>	<b>340,4</b>	<b>407,3</b>	<b>19,6</b>
4.3.01 Abono e Seguro-Desemprego	8,9	9,4	6,1	56,2	56,5	0,6	75,1	76,7	2,1
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	8,2	9,4	14,6	54,6	63,8	16,9	91,1	106,1	16,4
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	0,1	4,7	3684,5	1,1	13,2	1066,8	36,2	15,0	-58,6
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	3,0	3,5	15,8	23,4	28,0	20,1	38,4	44,0	14,6
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1,3	1,5	8,8	8,9	10,3	15,6	17,1	19,5	14,0
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,3	0,3	-4,3	2,4	2,3	-4,0	4,3	4,1	-4,3
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	0,3	0,3	0,0	19,2	32,2	67,8	28,0	86,8	210,1
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	3,9	1,6	-58,8	12,9	11,5	-10,5	15,9	21,3	33,6
4.3.10 Impacto Primário do FIES	0,2	0,0	-100,0	1,2	0,9	-23,5	0,3	1,4	320,4
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	4,7	0,8	-82,4	10,2	5,8	-43,5	34,0	32,5	-4,5
<b>4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</b>	<b>42,8</b>	<b>52,3</b>	<b>22,4</b>	<b>273,3</b>	<b>313,1</b>	<b>14,6</b>	<b>459,5</b>	<b>572,1</b>	<b>24,5</b>
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	26,5	31,7	19,6	191,0	206,2	7,9	292,8	356,4	21,7
4.4.2 Despesas Discricionárias	16,3	20,7	27,0	82,3	107,0	30,0	166,8	215,7	29,3

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; e Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

**Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):**

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)  
Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

**Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:**

Claudio Hamilton Matos dos Santos (Editor)  
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos  
Leonardo Mello de Carvalho  
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti  
Maria Andréia Parente Lameiras  
Mônica Mora y Araujo  
Sandro Sacchet de Carvalho  
Sergio Fonseca Ferreira

**Pesquisadores Visitantes:**

Debora Mesquita Pimentel  
Felipe dos Santos Martins

**Equipe de Assistentes:**

Beatriz de Luna Barreto  
Izabel Nolau de Souza  
Marcelo Guedes Pecky  
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

**Equipe Administrativa:**

Amanda Fernandes Tatagiba  
Lidiane Santos de Souza  
Aline Conceição Santos  
Rosanne Rodrigues Barbosa

**Design/Diagramação:**

Augusto Lopes dos Santos Borges  
Leonardo Simão Lago Alvite

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

---